

Apreciação Global

1 No período em análise, o défice para o conjunto da Administração Central e da Segurança Social ascendeu a 5402 M€, melhorando 1791 M€ face ao período homólogo de 2010. Esta evolução deveu-se exclusivamente à melhoria do saldo dos Serviços Integrados (SI), uma vez que os subsectores dos Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e da Segurança Social registaram uma degradação dos respectivos excedentes orçamentais.

Tabela 1. Saldo global por subsectores - Administração Central e da Segurança Social (M€)

Subsector	2010	2011	Varição Homóloga
Estado	-8 930	-6 687	2 243
Serviços e Fundos Autónomos	1 263	984	-279
Saldo da Administração Central	-7 667	-5 702	1 965
Segurança Social	474	301	-173
Saldo da Adm. Central + Seg. Social	-7 193	-5 402	1 791
Saldo A. Central + S. Social Ajustado Fundo PT	-7 193	-5 996	1 197

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

Nota: A despesa efectiva dos SFA em 2010 encontra-se subestimada pela ausência de reporte de despesas com pessoal de alguns estabelecimentos de saúde, num montante não disponibilizado pela DGO. O ajustamento relativo à transferência do Fundo de Pensões da PT foi de 594,2 M€.

2 A análise deste resultado e a sua comparabilidade com os novos objectivos orçamentais revistos na sequência do recente programa de assistência financeira a Portugal encontram-se prejudicadas pelos factores já referidos no capítulo II do [Parecer Técnico nº 7/2011](#).

3 A par da deterioração da conjuntura económica, os principais factores de risco da execução orçamental dos subsectores Serviços Integrados e Segurança Social são os seguintes:

Serviços Integrados

- A persistência de uma desaceleração do ritmo de crescimento da receita efectiva dos SI, o qual se encontra abaixo do implícito no OE/2011 para o corrente ano. Esta desaceleração resulta do abrandamento da receita fiscal e de um crescimento da receita não fiscal inferior ao previsto para o conjunto do ano;
- Aceleração das despesas com "juros e outros encargos" no 2.º semestre, em resultado do aumento do custo de financiamento e do recurso a emissões de curto prazo, acima do esperado no OE/2011;
- Eventual abrandamento do ritmo de redução da despesa corrente primária, considerando o montante de encargos assumidos e ainda não pagos que se regista naquele agregado, sobretudo respeitantes às forças militares e de segurança;
- A concessão de empréstimos de curto prazo (de apoio à tesouraria) a empresas públicas poderá constituir um risco acrescido para o apuramento do défice em contabilidade nacional, caso essas empresas se encontrem fora do perímetro de consolidação.

Segurança Social

- A receita proveniente de "Contribuições e Quotizações", que representa mais de metade da receita efectiva, encontra-se 1,9 p.p. abaixo do previsto no OE/2011, tendência que poderá vir a acentuar-se com a contracção da actividade económica e o seu reflexo no nível de emprego;
- A despesa com pensões por velhice, responsável por quase metade da despesa efectiva, encontra-se 1,6 p.p. acima do previsto no OE/2011.

Serviços Integrados

4 O saldo global do subsector dos SI atingiu um défice de 6687 M€, melhorando 2243 M€ em termos homólogos.

Tabela 2. Execução Orçamental do Subsector Estado

	Milhões de Euros		Varição 2010-11		Por memória: Tx Cresc. OE2011 (%)
	2010	2011	Tvha (%)	Contr. p/ tvha (p.p.)	
1. Receita Corrente	19 424,1	20 396,4	5,0	4,9	5,4
Receitas fiscais	17 562,4	18 318,3	4,3	3,8	3,8
Receitas correntes não fiscais	1 861,7	2 078,1	11,6	1,1	21,8
2. Receita de Capital	369,6	265,8	-28,1	-0,5	32,1
3. Receita Efectiva (1+2)	19 793,7	20 662,2	4,4	4,4	6,0
4. Despesa Corrente Primária - da qual:	23 948,8	22 048,3	-7,9	-6,6	-7,0
Despesas com o pessoal	6 522,5	5 863,9	-10,1	-2,3	-15,5
Transferências correntes	16 324,2	14 933,5	-8,5	-4,8	-7,3
5. Despesa de Capital	1 737,0	1 931,4	11,2	0,7	5,3
6. Despesa Primária (4+5)	25 685,8	23 979,8	-6,6	-5,9	-5,9
7. Juros e outros encargos	3 037,8	3 369,2	10,9	1,2	26,7
8. Despesa Efectiva (6+7)	28 723,6	27 349,0	-4,8	-4,8	-2,7
9. Saldo Primário (3-6)	-5 892,1	-3 317,6	:	:	:
10. Saldo Global (3-8)	-8 929,9	-6 686,8			

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

Nota: As taxas de crescimento implícitas ao OE/2011 foram calculadas tendo por referência os dados da Conta Geral do Estado de 2010.

5 A **receita efectiva** registou um crescimento de 4,4% em termos homólogos, ficando 1,6 p.p. abaixo do ritmo implícito no OE/2011 (6%). Ainda assim, esta evolução encontra-se sustentada na receita fiscal – a qual cresceu 4,3% em termos homólogos, encontrando-se 0,5 p.p. acima do crescimento implícito do OE/2011 (3,8%) – uma vez que a receita de capital e a receita corrente não fiscal se encontram aquém do crescimento implícito para estas componentes no OE/2011.

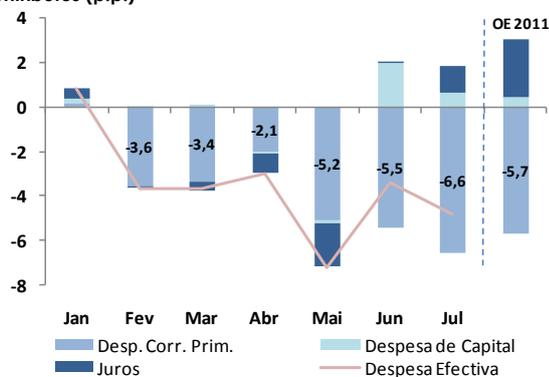
6 Destaque para a persistência do abrandamento do ritmo de crescimento da receita fiscal registado desde Maio, o qual não será alheio à contracção que se tem verificado na actividade económica, na sequência da diminuição do consumo privado. Com efeito, à excepção do IVA (que registou, neste mês, uma forte desaceleração face ao mês anterior) e do Imposto Único de Circulação, todos os restantes impostos indirectos encontram-se abaixo dos objectivos implícitos no OE/2011. Nos impostos directos, convém assinalar que o IRS também se encontra 5,2 p.p. abaixo do crescimento implícito no OE/2011 (7,2%).

7 A **despesa efectiva** dos SI registou uma diminuição homóloga de 4,8%, superando em 2,1 p.p. a redução implícita no OE/2011 (embora esteja 0,2 p.p. acima do objectivo corrigido da dotação de 1000 M€ respeitante ao material militar de sub-superfície, que foi inscrita no OE/2011, mas cujo pagamento se realizou ainda em 2010). Aquele decréscimo assentou, sobretudo, na redução da despesa corrente primária, cujo contributo de 6,6 p.p. permitiu superar em 0,9 p.p. a redução

implícita no OE/2011. Esta evolução deveu-se sobretudo à diminuição das despesas com pessoal em 10,1% (embora esteja 5,4 p.p. aquém do objectivo implícito no OE/2011) e das transferências correntes para outros subsectores das Administrações Públicas em 8,2%. Em contraste, salientam-se os contributos negativos das seguintes componentes para a redução da despesa efectiva:

- Juros e outros encargos (1,2 p.p.), salientando-se que, caso estes tivessem sido pagos uniformemente, a despesa efectiva ter-se-ia reduzido apenas em 3,3% em termos homólogos (ao invés de uma redução de 4,8%);
- Despesa de capital (0,7 p.p.), com um aumento menos acentuado em 1,3 p.p. face ao mês anterior, ainda que influenciado por alguns efeitos de base e pela ausência de registo de 90 M€ respeitantes à contribuição financeira para o orçamento comunitário, o que de acordo com a DGO apenas estará reflectido na execução de Agosto.

Gráfico 1. Evolução da despesa efectiva dos SI (%) e respectivos contributos (p.p.)



Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

8 O grau de execução da despesa efectiva dos SI situou-se 0,2 p.p. acima do padrão médio de execução orçamental nos últimos 4 anos. Este resultado traduz uma melhoria face ao verificado no mês anterior (1,3 p.p.), explicada pelo menor desvio da despesa corrente primária (0,4 p.p.), concorrendo para esta evolução sobretudo o menor agravamento dos desvios verificados ao nível das "Despesas com pessoal – Segurança Social" e "Aquisição de bens e serviços".

9 Os encargos assumidos e não pagos registaram um aumento de 20,7 M€ no mês de Julho, totalizando desde o início do ano, um acréscimo de 306 M€ (do qual 211,3 M€ refere-se a despesa corrente primária). Mais de metade daquele acréscimo diz respeito às forças militares e de segurança.

10 Os empréstimos de curto prazo a empresas públicas, para apoio a tesouraria aumentaram no mês de Julho 65,6M€, ascendendo no corrente ano a 1341,5 M€.

Serviços e Fundos Autónomos

11 A análise da execução orçamental dos SFA encontra-se prejudicada pela ausência de reporte, em 2010, de informação relativa a despesas com pessoal de um conjunto de estabelecimentos de saúde, o que impossibilita uma análise comparativa da despesa e do saldo global em termos homólogos.

12 O subsector dos SFA apresentou um excedente orçamental de 984,3 M€, o que representa uma deterioração de 278,5 M€, variação esta que se encontra sobreavaliada pelo já mencionado efeito de base.

Informação Técnica n.º 18/2011

Baseado na Síntese de Execução Orçamental da DGO, de 22 de Agosto de 2011 e sistemas aplicacionais da DGO.

Valores na óptica da Contabilidade Pública.

Tabela 3. Execução Orçamental dos SFA

	Milhões de Euros		Tvha (%)	Contr. p/ Tvha (p.p.)		Por memória: Tx Cresc. OE/2011 (%)
	2010	2011		Total	do qual: SNS	
1. Receita Corrente	13 144,5	12 637,0	-3,9	-3,7	-2,3	0,2
2. Receita de Capital	726,9	1 151,5	58,4	3,1	0,1	-55,1
3. Receita Efectiva (1+2)	13 871,4	13 788,5	-0,6	-0,6	-2,3	-6,9
4. Despesa Corrente	12 019,6	12 134,0	1,0	0,9	0,8	-3,7
5. Despesa de Capital	588,9	670,2	13,8	0,6	0,3	10,7
6. Despesa Efectiva (4+5)	12 608,5	12 804,1	1,6	1,6	1,1	-3,0
7. Saldo Global (3-6)	1 262,9	984,3				

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO. | Nota: A despesa efectiva dos SFA em 2010 encontra-se subestimada pela ausência de reporte de despesas com pessoal de alguns estabelecimentos de saúde, num montante não disponibilizado pela DGO. De acordo com cálculos da UTAO, as despesas com pessoal desses organismos representaram 327,1 M€. | As taxas de crescimento implícitas ao OE/2011 foram calculadas tendo por referência os dados da Conta Geral do Estado de 2010.

13 Em termos não ajustados, a receita efectiva registou uma inversão do padrão de evolução positivo que exibiu durante o 1.º semestre. Ainda assim, a quebra de 0,6% da receita face a igual período do ano passado, compara favoravelmente com a redução de 6,9% implícita no OE/2011.

14 Aquela diminuição deveu-se à quebra da receita corrente em 3,9%, na sequência da redução das transferências para o SNS (-6,9%) e das "Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE" (-7,5%).

15 No âmbito da despesa, destaque para a "aquisição de bens e serviços" que registou uma diminuição pelo segundo mês consecutivo (-1,2%), ainda assim aquém da redução implícita no OE/2011 (-12,6%), em resultado de um menor nível de comparticipações por parte do SNS.

Segurança Social

16 O subsector da Segurança Social registou um excedente de 301 M€, o que representa uma deterioração de 173 M€ face ao período homólogo.

17 Esta degradação do saldo deveu-se sobretudo à diminuição da receita efectiva em 1,3%, encontrando-se 2,2 p.p. abaixo do crescimento implícito no OE/2011. Destaque para o contributo negativo das transferências correntes do OE no âmbito do financiamento da Lei de Bases da Segurança Social (-4,2 p.p.), parcialmente atenuado pelo contributo das "Contribuições e quotizações" (1,6 p.p.).

18 A despesa efectiva registou uma estagnação, a qual compara favoravelmente com o aumento de 1,1% previsto no OE/2011. Continuou a verificar-se uma diminuição das prestações sociais (contributo de 1,2 p.p.), sobretudo por via da redução da despesa com subsídio familiar a crianças e jovens, subsídio de desemprego, uma vez que a despesa com pensões aumentou 3%. Salienta-se ainda o aumento da despesa com acções de formação profissional suportadas pelo Fundo Social Europeu (1,4 p.p.).

Tabela 4. Execução Orçamental da Segurança Social

	Milhões de Euros		Variação 2010-11		Por memória: Tx Cresc. OE/2011 (%)
	2010	2011	Tvha (%)	Contr. p/ tvha (p.p.)	
1. Receita Corrente	13 786,6	13 631,6	-1,1	-1,1	0,8
2. Receita de Capital	23,4	2,8	-88,1	-0,1	52,2
3. Receita Efectiva (1+2)	13 810,1	13 634,4	-1,3	-1,3	0,9
4. Despesa Corrente	13 325,6	13 323,3	0,0	0,0	1,1
5. Despesa de Capital	10,4	10,3	-0,4	0,0	35,2
6. Despesa Efectiva (4+5)	13 336,0	13 333,7	0,0	0,0	1,1
7. Saldo Global (3-6)	474,1	300,7			

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.